

Nota: Requerimento retirado a pedido do proponente

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Orçamento,  
Finanças e Administração Pública  
Deputado Filipe Neto Brandão

**Assunto:** Audição do ex-Ministro das Finanças Fernando Medina

A execução orçamental em contabilidade pública, até março, apresenta um défice de 259 Milhões de Euros (M€), traduzindo um agravamento de 5.317 M€ face a igual período de 2023.

O agravamento referido encontra-se, porém, afetado por um efeito de base associado à transferência para a esfera pública, ocorrida em março do ano passado, do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos (FPCGD), representando uma receita extraordinária e irrepetível de 3.018 M€. Sem este efeito, o agravamento é de 2.299 M€, em resultado de um aumento homólogo da despesa de 3.322 M€, só parcialmente compensado pelo acréscimo de receita relevante de 1.023 M€.

É, pois, a despesa que está a determinar a deterioração orçamental. Com efeito, esta está a crescer 15,1%, muito acima da previsão orçamental, para o conjunto do ano, de um aumento de 12,6%.

Informações do Ministério das Finanças, veiculadas pelos órgãos de comunicação social, dão conta de que, desde a demissão do ex-Primeiro Ministro, foram aprovadas 116 Resoluções de Conselho de Ministros, das quais 42 não têm cabimento orçamental, representando compromissos de 1.200 M€.

O Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, comentando os resultados orçamentais, referiu que, volvido apenas um trimestre, mais de metade da dotação provisional, no valor de 500 M€, se encontra já esgotada.

Acresce que importa ver esclarecida também, pelo anterior Ministro das Finanças, a razão de ser da estratégia de redução da dívida pública assente na aquisição de títulos de dívida portuguesa por parte de entidades públicas nacionais, com o objetivo de aumentar os fatores de consolidação, sendo a dívida na ótica de Maastricht uma dívida líquida das dívidas que as entidades públicas mantêm entre si. Segundo a UTAO, esta dívida dentro das Administrações Públicas aumentou 12,1 M€ em 2023, quer por via da aplicação de excedentes dos organismos públicos em títulos de dívida portuguesa, quer pela busca

deliberada de aplicações em títulos portugueses, por troca de ativos de outra natureza já anteriormente em posse de entidades públicas.

Realça-se, por fim, a operação extraordinária de distribuição de dividendos das Águas de Portugal no valor de 100 M€, contra a vontade do Presidente desta empresa, como noticiado. E, surpreendentemente, a autorização do anterior Governo para um aumento de capital a realizar em 2024 que compensaria aquela distribuição antecipada, já depois de ultrapassado o período de maquilhagem da dívida pública.

Face ao exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD vêm requerer, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, que seja dirigido convite ao ex-Ministro das Finanças, Fernando Medina, para prestar esclarecimentos na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a execução orçamental do 1.º trimestre de 2024, em contabilidade pública, sobre os compromissos financeiros não cabimentados assumidos pelo anterior Governo e sobre a estratégia de redução da dívida pública em 2023.

Palácio de São Bento, 8 de maio de 2024

Os Deputados,  
Hugo Carneiro  
Alberto Fonseca  
Francisco Pimental